

## TESTE DO MÓDULO DE PROCESSO PENAL

(Maio de 2018)

1.

Atente ao seguinte excerto de uma acusação pública:

*“Os agentes da PSP, no dia 20 de Janeiro de 2010, suspeitando que x se dedicava ao tráfico de produtos estupefacientes, interceptaram-no na rua y e, na sequência da revista, apreenderam 30 gramas de substância, cuja análise pericial a classificou como Katamina. Na sequência disso dirigiram-se à casa do arguido e apreenderam uma balança destinada ao peso da droga, sacos de plástico destinados ao seu embalamento. O arguido admitiu ter adquirido a referida Katamina na RPC, cujo peso líquido é de 25 gramas. De acordo com o referido pelo arguido, tal substância era destinada à venda a terceiros”.*

Por estes factos x está acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes previsto e punido pelo artº8 da Lei nº17/2009.

Relembrando o conteúdo do que a propósito se expendeu no elemento oportunamente fornecido intitulado “*a Boa Prática Judiciária como Condição Necessária ao Cumprimento da Função do Direito Penal*”, num texto com não mais de 30 linhas, expendam sobre a importância de um rigoroso “recorte factual” na caracterização do “pedaço da vida” objecto de uma acusação no que tange à definição concreta do “perímetro do caso julgado”, destarte se evitando potenciais violações do princípio “*Ne Bis In Idem*”.  
**(4 valores)**

2.

Discorra, num texto que não exceda as 30 linhas, sobre a livre convicção, caracterizando-a, relevando-lhe méritos e eventuais deméritos, exigência para que seja sindicável, previsão legal, limitações, etc.. **(3 valores)**

3.

Diga em que termos o CPP manifesta (exemplos) cedência pontual ao princípio da oportunidade. **(2 valores)**

4.

Relembrando os princípios que regem e controlam a aplicação das medidas de coacção, enunciando-os, diga os dois que considera estruturantes. **(2 valores)**

5.

Diga qual a vantagem do queixoso declarar no momento da queixa que pretende deduzir oportuno pedido civil. **(2 valores)**

6.

**A.** e **B.** são amigos de longa data e encontram-se no Bar Ski 21 na cidade de Macau no dia 2 de Janeiro de 2015.

**C.**, com quem aqueles dias antes haviam trocado algumas palavras menos cordatas na sequência de um evento rodoviário, entrou no dito bar.

**A.** e **B.** olharam um para o outro e proferiram a seguinte expressão: vamos a ele, apelidando **C.** de filho de uma vaca. Acto contínuo agrediram-no, provocando-se um hematoma na cabeça e com necessidade de suturação com 6 pontos. **C.** esteve 5 dias sem poder trabalhar, facto documentado pelo Hospital.

- a) – Numa acção penal que tenha por base a participação dos factos supra descritos é necessária por obrigatória a constituição de assistente? Se sim, qual a base legal? **(1 valor)**
- b) – Refira a natureza dos crimes que detecta, fornecendo a competente base legal. **(1 valor)**
- c) – Porque **A.** é irmão de um grande amigo seu, **D.**, a pedido deste, **C.** apresentou requerimento de desistência de queixa em relação em relação a ele. Em face disso, não olvidando a forma de comparticipação de **A.** e **B.**, indique qual a consequência processual em relação a este e respectiva base legal? **(1 valor)**

7.

**A.** encontra-se acusado da prática, em autoria material, de um crime de homicídio (artº128 do CP) do seu pai. Da acusação consta ainda que o pai de **A.** sempre se pautou na relação com o filho com muita proximidade, presença e solidariedade. Consta também que, na base do acto de **A.**, esteve a discordância com a vítima quanto ao autor de um golo num jogo de futebol.

Pretendendo o juiz alterar a qualificação referida dos factos descritos na acusação por entender que correspondem a um crime de homicídio qualificado previsto e punido pelo artº129nº1 e 2 al.a) do CP, diga qual deve ser o seu procedimento, que despacho deve proferir. **(4 valores)**